

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Antonio Cruz/Agência Brasil



Presidente do INSS, Gilberto Waller

No INSS, servidores vão voltar ao atendimento presencial

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão voltar a trabalhar presencialmente nas 1.587 Agências da Previdência Social (APS) para dar atendimento presencial aos segurados. Uma portaria publicada na segunda-feira, trouxe a informação que a partir do dia 22, entrará em vigor uma nova estrutura interna que vai melhorar a gestão nas agências, na

Central 135 e no Meu INSS. Ainda conforme o INSS, a nova estrutura de gestão prepara o caminho para a ampliação do atendimento presencial com foco em acolhimento, agilidade e respeito ao segurado. Só uma coisa não ficou clara: foi combinado com os servidores que estão em teletrabalho que eles vão voltar às agências? Segundo entidades sindicais, não.

Sem acesso

Entidades representativas dos servidores da Seguridade Social informaram que não tiveram acesso à portaria e não negociaram retorno ao trabalho presencial que, inclusive, está em discussão na Mesa Setorial do INSS criada com o Ministério da Gestão.

Humanização

“Estamos mudando o caminho do INSS. O Instituto, que vinha com foco na tecnologia da informação e digitalização de documentos, agora assume uma nova direção: a humanização do nosso atendimento junto ao segurado”, afirmou o presidente do INSS, Gilberto Waller.

Fenasps



Viviane Peres (Fenasps) diz que não teve negociação

Sindicatos vão cobrar negociação com o INSS

A diretora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Viviane Peres, diz que o assunto não foi tratado com a direção do INSS, e que uma reunião está marcada para o dia 28. Ou seja, 6 dias depois da entrada em vigor do novo modelo. “Teríamos reunião com

ele hoje (15), mas alterou para dia 28. Vamos questionar essa questão”, antecipa. Sandro Cezar, dirigente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), diz que ainda não há uma informação precisa de quantas pessoas vão voltar ao atendimento presencial.

SINSSP

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social do estado de São Paulo (SINSSP-BR), Tiago Vinicius Silva, explica que “as medidas envolvendo as questões de trabalho de servidores do INSS estão sendo dis-

cutidas em instâncias de negociação junto ao INSS, como a Mesa Setorial, por exemplo”. Ele questiona se a instituição, de fato, tem infraestrutura operacional e tecnológica para receber o aumento no trabalho presencial.

CNTSS

Para Deivid Christian, secretário-geral do Sindicato da Previdência (Sindiprev) de Sergipe, entidade filiada a Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS), esse retorno ao trabalho presencial não foi nego-

ciado com a CNTSS. “Tivemos reunião onde o presidente disse que precisaríamos humanizar o INSS. Concordamos com isso, mas dissemos ser importante a reconstrução de toda estrutura de atendimento do instituto”, explica.

Ton Molina/STF



Ministro Alexandre de Moraes põe fim uma disputa entre Governo e Câmara dos Deputados sobre o imposto

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), validou o decreto do presidente Lula (PT) que aumentou as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e anulou apenas a tributação sobre as operações de risco sacado,

A decisão atende parcialmente ao pedido do governo, que queria ver reconhecido o direito de editar decretos para a fixação de alíquotas, mas aceitava a derrubada do dispositivo que incidia sobre o risco sacado, tipo de operação em que o fornecedor recebe à vista de uma instituição financeira e a dívida é quitada pela compradora, num prazo mais longo.

Nos últimos dias, integrantes do governo, do Congresso e do próprio tribunal discutiram uma saída negociada, para que fosse declarada inconstitucional apenas a tributação do risco sacado. Nesse caso, o restante do decreto, com o aumento de outras alíquotas de IOF, poderia ser mantido. A decisão de Moraes confirmou esse acordo.

O relator deu uma definição à questão no dia seguinte à audiência de conciliação entre o governo e o Congresso para buscar um acordo sobre o tema terminar sem definição.

“Não há, portanto, definição de operações de ‘risco sacado’ como operação de crédito, pois essas operações, observam uma dinâmica diversa, não assimilável a empréstimos ou financiamentos. A operação de ‘risco sacado’, enquanto modalidade de ‘antecipação de recebíveis’, corresponde a uma transação comercial sobre direitos creditórios”, escreveu Moraes.

Moraes valida decreto de Lula sobre alta do IOF

Ministro do STF derruba apenas tributação de risco sacado do aumento das alíquotas

A taxação das operações de risco sacado representam cerca de 10% da arrecadação da versão mais recente do decreto, que renderia R\$ 12 bilhões aos cofres do governo ao todo. A estimativa foi feita pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

O cálculo indica que a derubada desse dispositivo deve ter um impacto negativo da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Para o ministro, os outros 90% do decreto são questões “controvertidas”.

Apesar de perder esta parte do decreto, auxiliares do petista consideravam importante que o STF reconhecesse, por outro lado, o direito do presidente para editar decretos que mudam alíquotas tributárias, sem o risco de ter a medida derrubada pelo Congresso.

Segundo integrantes do governo e do Congresso envolvidos nas negociações, a ideia de um acordo sobre a incidência do imposto sobre o risco sacado nasceu após o ministro do STF apontar restrições à medida.

Reação da oposição

Em nota divulgada à imprensa, a oposição declarou que a decisão de Moraes atropela o Congresso e impõe um novo aumento de impostos ao brasileiro, sacrificando o bolso da população em prol dos cofres públicos. Confirma a nota abaixo, assinada pelo deputado Zucco (PL-RS), líder da oposição na Câmara:

“A decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que restabelece o aumento do IOF, é mais um capítulo vergonhoso do desrespeito institucional que vem se tornando rotina no Brasil. Trata-se de uma medida inconstitucional, autoritária e que ignora deliberadamente a vontade soberana do Congresso Nacional, que já havia sustado os efeitos do decreto presidencial que majorava esse imposto.

É inadmissível que o Supremo Tribunal Federal, sob o pretexto de “moderar conflitos”, passe por cima da decisão legítima do Parlamento e, na prática, atenda ao apelo desesperado de um governo que não consegue cortar gastos, mas insiste em tirar ainda mais do bolso de quem produz e consome neste país.

A retomada do aumento do IOF significa penalizar diretamente o cidadão comum: o trabalhador, o empreendedor, todos que realizam operações financeiras no dia a dia. Em vez de cortar privilégios e reduzir a máquina pública, o governo Lula recorre ao Judiciário para impor mais impostos ao povo.

Essa decisão absurda precisa ser repudiada com veemência. O Congresso foi atropelado. É o povo que vai pagar a conta por um governo incompetente e um Judiciário que perdeu a noção dos limites constitucionais. Isso não pode ficar assim. Vamos reagir com todos os instrumentos legais e políticos que a democracia nos permite.

O Brasil não pode continuar refém de uma aliança entre governo e ministros de toga que, juntos, desprezam os freios e contrapesos republicanos. O Parlamento é o verdadeiro guardião da vontade popular — e não aceitará ser reduzido a um coadjuvante no teatro do autoritarismo que tomou conta do País.”

Com informações de Ana Pompeu (Folhapress)

Na madrugada, Câmara aprova novo licenciamento ambiental

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Projeto foi aprovado depois das 2h da madrugada

Já passava das 2h da madrugada desta quinta-feira (18) quando a Câmara aprovou, em sessão semipresencial, o projeto que flexibiliza as regras para licenciamento ambiental. O projeto foi aprovado com 267 votos favoráveis, e 116 contrários. Antes, as tentativas do governo de adiar a votação foram derrubadas pelo plenário. Aprovado, o projeto vai à sanção presidencial.

Relator do projeto na Câmara, o deputado federal Zé Vitor (PL-MG) incluiu a mineração dentro do projeto de lei que flexibiliza e simplifica o licenciamento ambiental no Brasil. O relator manteve assim os principais pontos polêmicos e também os criticados por ambientalistas na proposta.

Pontos polêmicos

Nesta segunda passagem pela Câmara, foram mantidos todos os pontos mais criticados pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e seus aliados.

Entre eles, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), concedida pela pro-

messa de cumprimento de exigências prévias estabelecidas por órgãos de controle, e a Licença Ambiental Especial (LAE), dispositivo apadrinhado por Alcolumbre, que permite que projetos escolhidos pelo governo passem por uma análise que seus ignora riscos.

Este último dispositivo pode impulsionar, por exemplo, a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, empreendimento defendido pelo senador e também pelo presidente Lula (PT), mas duramente criticado por Marina Silva.

Conama

Outros pontos rechaçados por ambientalistas estão mantidos e devem ser aprovados, por exemplo, o esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a maior autonomia dos órgãos estaduais e municipais para atuar no licenciamento.

O relator também fez mudanças na parte de saneamento da proposta, para prever um licenciamento simplificado para o setor até que o acesso a este tipo de serviço seja difundido pela população brasileira.

Deputados também já preveem que o tema deve ser judicializado. Críticos da proposta consideram que uma série de dispositivos, inclusive a LAC, ferem a Constituição ou entendimentos prévios do STF (Supremo Tribunal Federal).

Crédito

Antes, a Câmara aprovou uma pauta-bomba que inclui um crédito subsidiado de até R\$ 30 bilhões para o agronegócio com verbas de petróleo do pré-sal.

A votação ocorreu após o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao aumento de deputados e à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) de validar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), contra a decisão anterior do Congresso. Ao final, produtores rurais do Rio Grande do Sul comemoraram com parlamentares no plenário o placar de 346 contra 93. O texto agora vai ao Senado.

Com Marianna Holanda e João Gabriel (Folhapress)